

É hora do País discutir a educação

■ MARITA ANDRADE *

Pela primeira vez, os governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil vão discutir juntos os rumos da educação em todos os níveis de ensino e traçar as metas para o novo Plano Nacional de Educação



Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, MG.

* Jornalista.

O Ministério da Educação (MEC) lançou, neste ano, a I Conferência Nacional de Educação (CONAE), que será realizada em abril de 2010, em Brasília, DF. Um dos principais objetivos do encontro é a definição das bases para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que entrará em vigor a partir de 2011. O que se busca é a construção de um sistema nacional articulado de educação.

Os preparativos para esse grande encontro educacional já estão acontecendo por meio das pré-conferências organizadas pelos Estados e municípios para discutirem os temas que deverão subsidiar os debates na etapa nacional.

O tema central da CONAE é “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação” e foi escolhido pela Comissão Organizadora Nacional, composta por representantes do Ministério da Educação, da Câmara, do Senado, do Conselho Nacional de Educação, de dirigentes federais, estaduais, municipais e representantes da sociedade civil.

Durante a CONAE, os participantes vão debater questões como financiamento da educação, gestão democrática, avaliação e formação dos professores. Também será realizado um balanço sobre as ações educacionais dos últimos anos.

A I Conferência Nacional de Educação marca um importante momento da educação brasileira: pela primeira vez, os governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil vão discutir juntos os rumos da educação em todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até a pós-graduação.

Para o professor adjunto da PUC-MG Carlos Roberto Jamil Cury, doutor em Educação pela PUC-SP, espera-se que a CONAE seja um processo democrático, crítico e plural para a elaboração das novas diretrizes educacionais. “Na construção do PNE vigente, a proposta governamental foi pelo método descendente. Essa proposta se defrontou com a da sociedade civil na tramitação no Congresso e deu à primeira um sentido mais realista. Mas essa última proposta se circunscreveu mais às associações profissionais e sindicais”, esclarece Jamil Cury.

Conferências regionais

Desde março deste ano e até dezembro próximo, estão sendo organizadas, em várias regiões do País, as pré-conferências preparatórias para a CONAE. Durante os encontros, os participantes vão expor suas reivindicações e discutir sobre as bases para o novo Plano Nacional de Educação.

Em São Paulo, por exemplo, já estão acontecendo as conferências municipais e intermunicipais. Em outubro será realizada a etapa estadual. Há uma comissão responsável pela elaboração do documento final, que deve ficar pronto em novembro para ser apresentado na etapa nacional. O calendário das conferências regionais está disponível no *site* de *Presença Pedagógica*: www.presencapedagogica.com.br

Pós-doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, SP, Maria de Fátima Barbosa Abdalla integra a Comissão Organizadora da CONAE em São Paulo e



É hora do País discutir a educação

conta que a pré-conferência nesse Estado teve como ponto essencial a reflexão sobre o significado/sentido do que se está entendendo sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação, que passa por um sistema articulado de planejamento e gestão, de avaliação, de financiamento, de formação dos trabalhadores em educação e de garantia das condições de oferta com qualidade social, como aponta um dos objetivos da Conferência Nacional de Educação.

O secretário-executivo adjunto do MEC e presidente da CONAE, Francisco das Chagas Fernandes, explica que durante as pré-conferências os Estados vão eleger 2.000 delegados representando gestores, professores, servidores, conselheiros, pais e estudantes da Educação Básica, Profissional e Superior nos setores público e privado de cada Estado.

Na etapa nacional, esses delegados irão se juntar aos 400 convidados da comissão organizadora do evento, como representantes do Ministério Público dos Estados, os ministérios da área social do governo federal, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e as confederações patronais e sindicais.

Professor Emérito da Unicamp e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", Dermeval Saviani explica que a realização da I Conferência Nacional de Educação foi pensada como um processo que começa na esfera local, pelos municípios, passa pela regional, nos Estados, e termina na esfera nacional. Dessa forma, as pré-conferências municipais e estaduais são de importância decisiva para o êxito da conferência nacional.

Entretanto, o professor Dermeval considera que este pode não ser o melhor caminho, pois teme que os municípios e Estados não estejam em condições de abordar satisfatoriamente os problemas do sistema nacional de educação, em razão de suas limitações técnicas e da dificuldade de abordar questões na perspectiva do País como um todo.

Talvez fosse mais adequado, segundo o professor Dermeval, começar por uma conferência preparatória em âmbito nacional, na qual seriam formuladas, mais claramente, as questões do sistema nacional de educação e indicadas as diretrizes e orientações, que passariam pela análise e discussão nas pré-conferências. Depois, tudo isso retornaria à Conferência Nacional, quando, então, os delineamentos relativos à construção do sistema nacional de educação seriam estabelecidos.

Ele admite que, de algum modo, essas exigências estão sendo preenchidas quando se considera que as pré-conferências foram precedidas da Conferência Nacional de Educação Básica, realizada em 2008. O Ministério da Educação também formulou um Documento Base da CONAE, colocado à disposição para servir de referência na organização das conferências municipais e estaduais.

No entanto, adverte sobre outro problema que diz respeito ao pouco tempo e à falta de condições para uma mobilização efetiva dos municípios e Estados em torno do tema central e dos eixos temáticos. "Essas circunstâncias deixam à mostra o risco de chegarmos à CONAE, em abril do próximo ano, com poucos subsídios decorrentes da etapa preparatória", alerta Dermeval Saviani.

Os desafios do novo plano

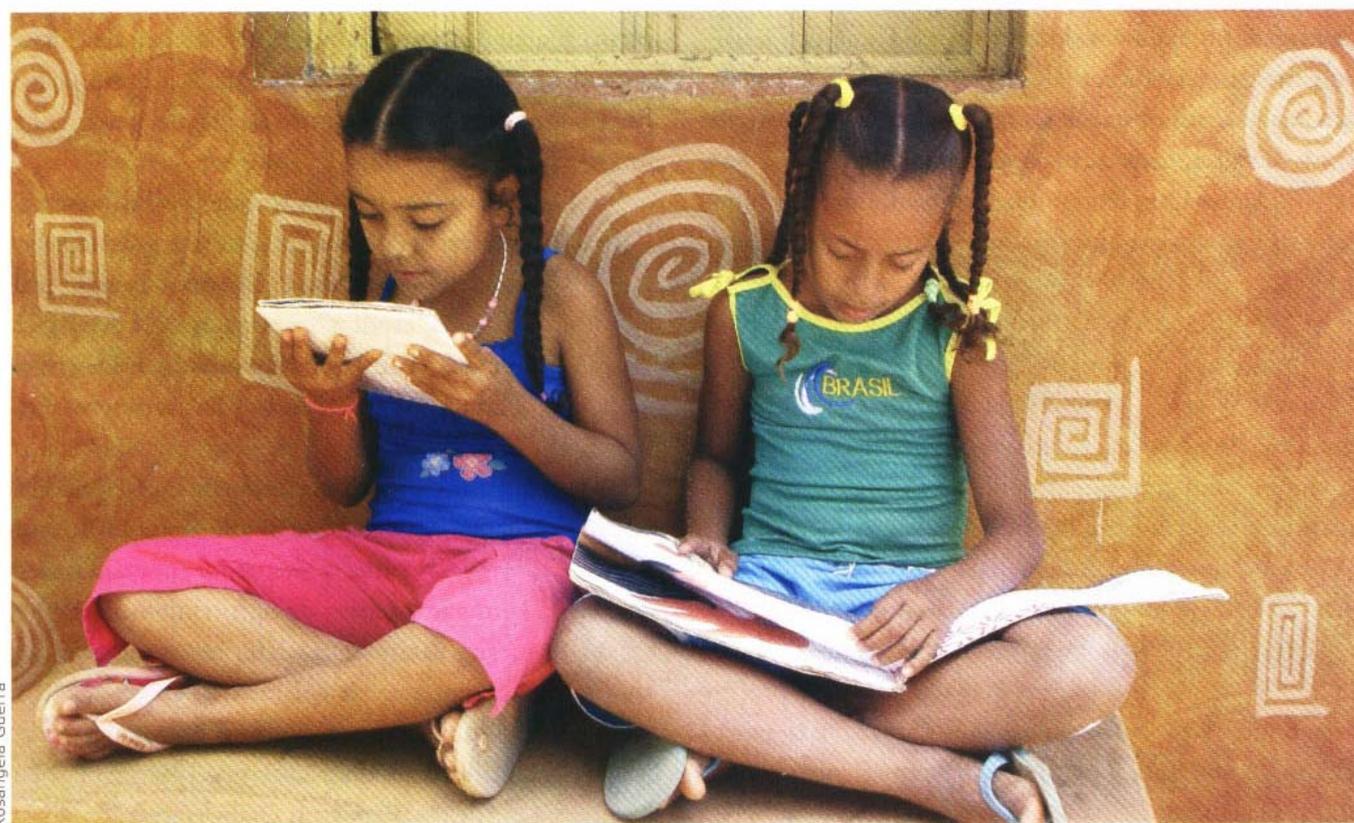
Inicialmente, o novo Plano Nacional de Educação já tem um objetivo traçado: construir e consolidar um sistema nacional articulado de ensino. Essa proposta já nasce com a missão de superar uma série de desafios, muitos deles relacionados às carências da educação brasileira atual, como déficit de acesso à escolarização, qualidade da infraestrutura das instituições de ensino, o financiamento da educação e a formação e valorização profissional dos educadores.

Segundo dados do Censo da Educação Básica de 2007, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), 27% dos professores de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental não têm diploma de curso superior, habilitação exigida por lei. O censo também aponta que muitos docentes estão lecionando disciplinas que não condizem com a formação. Apenas cerca de 25% dos professores de física, que estão dando aula no Ensino Médio, fizeram curso universitário específico.

Outro desafio é a questão das iniquidades existentes no País. O estudante de uma escola pública do semiárido nordestino, por exemplo, deve ter garantida a mesma qualidade de infraestrutura em sua unidade educacional que tem um estudante de uma boa escola pública do Distrito Federal.

Coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e membro da Comissão Organizadora da CONAE, Daniel Cara defende que todo e qualquer estudante no Brasil tem o direito de aprender, assim como todo professor tem assegurado o direito de ensinar. “Hoje não é assim. Há iniquidades até mesmo dentro de municípios. Os estudantes da periferia de São Paulo são mais prejudicados em termos de acesso e qualidade se comparados aos estudantes da região central da cidade”, exemplifica.

Para a coordenadora geral da Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais, Suely Duque Rodarte, é preciso mobilizar a família para que ela se envolva cada vez mais no contexto escolar. “Uma pesquisa realizada ano passado pelo Itaú Social constatou que o contexto familiar é responsável por 70% do desempenho escolar de um estudante”, diz.



Rosângela Guerra



É hora do País discutir a educação

Membro da comissão organizadora da CONAE em São Paulo, como representante da Anped e ANFOPE, e coordenadora da Conferência Intermunicipal de Educação – Pólo Santos, e professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, Maria de Fátima Barbosa Abdalla, comenta que o programa de formação em serviço que os municípios deveriam implementar ainda não se tornou realidade.

Sistema nacional de educação

O sistema educacional tem como base o Plano Nacional de Educação. Entretanto, para implantar e consolidar um sistema nacional de educação de qualidade no Brasil, segundo o professor Dermeval Saviani, é necessário encarar a educação como eixo de um projeto de desenvolvimento nacional. Ele acredita que o PNE deve ser formulado em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Econômico do País. Para isso, é preciso superar diversos obstáculos como os citados no texto de Ponto de Vista nesta edição (ver página 78).

Daniel Cara lembra que também é preciso superar muitos entraves institucionais e regulamentar um regime de colaboração, com uma boa divisão de papéis entre os municípios, os Estados e a União, que deve assumir mais responsabilidades financeiras com a Educação Básica. “Hoje ela dita muitas regras, esboça um programa mais contínuo de colaboração técnica com Estados e municípios, mas pode fazer mais em todos os sentidos, especialmente no financeiro”, considera.

Ele acredita que, com mais empenho e recursos dos governos e mais cobrança por parte da sociedade, será possível cumprir as metas definidas no PNE de 2001. “Porém, não foi assim que aconteceu e é preciso que fique claro: todos nós não fizemos nossa parte. Como nação, ainda nos falta compromisso com a educação”, lamenta.

Para o professor Jamil Cury, os problemas para a construção de um sistema nacional de educação recaem sobre a questão do pacto federativo. “Em países continentais como o Brasil, o federalismo é a regra. Mas o federalismo é plural e oscila entre uma dinâmica centrípeta e centrífuga. O problema é o equilíbrio entre o poder nacional e os poderes subnacionais. Há um medo histórico dos Estados e do setor privado, seja de uma invasão de competências da parte da União, seja de um “fantasma” chamado monopólio estatal. Hoje, creio eu, que sem uma lei de responsabilidade educacional, similar à Lei de Responsabilidade Fiscal, pouca coisa se efetivará”, diz.

O PNE

O atual Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor desde 10 de janeiro de 2001, determina metas de acesso e qualidade da educação pública que devem ser atingidas pelos governos federal, estadual e municipal. Entretanto, nesses 8 anos e meio de vigência, nem todas foram alcançadas.

Os motivos do não cumprimento das metas do PNE são muitos, e a necessidade de reformulá-lo é essencial para vários educadores, visto que o cenário educacional brasileiro mudou, especialmente depois da criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Daniel Cara acredita que primeiro é preciso avaliar o porquê de tantas metas não terem sido alcançadas. A partir disso, mantê-las ou atualizá-las, se for o caso. Também é preciso determinar o tempo de vigência do novo plano e incluir estratégias para o alcance das novas metas. “Caso contrário, podemos incorrer nos mesmos erros”, alerta.

Para exemplificar, ele cita a questão das creches. Hoje, estamos distantes do patamar de 20% de matrículas de crianças de 0 a 3 anos em estabelecimentos educa-

cionais. De acordo com as metas do atual PNE, deveríamos estar com, no mínimo, 30% de crianças matriculadas para tentar chegar a 2011 à meta de 50%.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, uma das metas do PNE era, até o final da década do plano (2011), erradicar o analfabetismo. Entretanto, segundo Maria de Fátima Barbosa Abdalla, membro da comissão organizadora da CONAE em São Paulo, o que se nota é que não teremos condições de superar esse desafio, uma vez que o Fundeb prevê um financiamento menor para esses alunos, oferecendo, assim, uma “educação de segunda categoria”. “A Educação Especial é outra modalidade de ensino que tem recebido um olhar muito restrito”, ressalta.

O professor Dermeval Saviani acredita que a falta de investimento financeiro contribuiu bastante para que muitas das ações não fossem desenvolvidas. Segundo ele, os vetos colocados sobre os recursos financeiros pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso reduziram o Plano a uma carta de intenções.

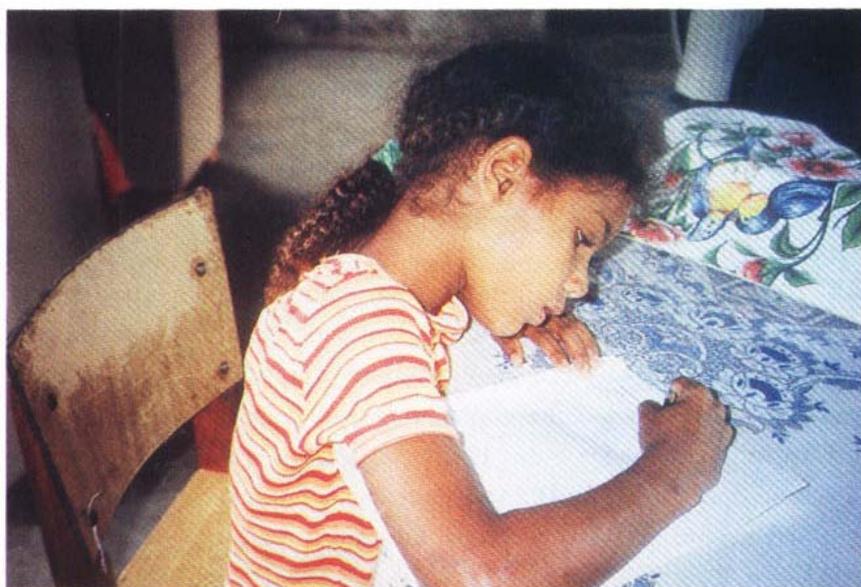
Por isso, continua Saviani, a primeira questão que o novo PNE deve resolver é o financiamento da educação. E não basta simplesmente restabelecer os valores vetados no plano atual. Em lugar da forma pela qual os recursos financeiros são ampliados – pouco a pouco ao longo dos dez anos de vigência do PNE. O professor Dermeval propõe que seja adotada uma medida de impacto, que faça saltar imediatamente do patamar atual de 4% para outro significativamente mais elevado, de 8%, o percentual do PIB a ser investido em educação.

O texto aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de

2001 estabeleceu um aumento progressivo até chegar, após 10 anos, ao índice de 7%. Saviani acredita que esse aumento lento e gradual acaba por diluir o alcance da medida, facilitando o não cumprimento das metas por meio de seu adiamento indefinido.

No total, o texto do PNE tem 295 metas distribuídas pela Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena; Formação de Professores; financiamento e gestão.

“Provavelmente, essa é uma das razões pelas quais o PNE, aprovado em 2001 e já próximo de seu vencimento, continua a ser solenemente ignorado pelas várias instâncias responsáveis pela condução da educação”, acredita Dermeval Saviani. Ele sugere que, após o detalhamento dos vários pontos envolvidos em cada um dos níveis e modalidades de ensino, seja feita uma síntese indicando as metas básicas que, uma vez atingidas, permitam o avanço do processo em seu conjunto.



Rosângela Guerra

É hora do País discutir a educação

Mesmo diante de tantos desafios, o professor Rogério dos Anjos, representante da Assembleia Legislativa na Comissão de Organização da Conferência em São Paulo, acredita que há vários avanços a serem considerados e argumenta que o ProUni (Programa Universidade para Todos), por exemplo, inclui 541.131 alunos de baixa renda no Ensino Superior. O REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) amplia em 72% o número de vagas nas 53 universidades federais, passando-as de 133 mil para 227 mil, além de criar mais 12 universidades e 188 campus universitários pelo Brasil. “Nós tínhamos 140 IFETs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e passaremos a ter 366 até 2010. O Fundeb, por sua vez, contribuiu para o avanço na integração da Educação Básica com destaque para o aumento de recursos para a educação, o que tem alavancado o acesso à Educação Infantil”, enumera.

Outro avanço aconteceu no sistema de avaliação, que resultou na criação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Prova Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para a coordenadora geral da Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais, Suely Duque Rodarte, esta é uma boa ferramenta para rever, repensar e construir linhas de ações.

Maria de Fátima Barbosa Abdalla, membro da comissão organizadora da CONAE em São Paulo, acrescenta que a divulgação desses resultados faz com que a sociedade civil tenha conhecimento das ações que são implementadas e dos inúmeros desafios que são colocados. Isso estimula a sociedade civil a retomar o protagonismo na luta por uma Educação Básica,

Superior, Profissional e Tecnológica de qualidade social.

Mobilização social

Com as pré-conferências acontecendo em todo o País, há um maior empenho em envolver a sociedade e os sistemas de ensino no debate sobre os novos rumos da educação. É a oportunidade de a sociedade se pronunciar a respeito do sistema educacional brasileiro, expondo suas demandas e fornecendo subsídios para a pauta da etapa nacional, além de contribuir para a elaboração de propostas próximas da realidade local dos municípios e regiões.

É importante lembrar que a capacidade do sistema nacional de atender às necessidades educativas da população depende de uma forte mobilização e da pressão da sociedade sobre as decisões que afetam a implantação, organização e dinâmica de funcionamento do sistema nacional de educação. “Também há novos sujeitos na área educacional advindos dos bairros populares, da diversidade cultural, cujos projetos devem ter a devida escuta”, ressalta o professor Jamil Cury.

Para Daniel Cara, os ganhos atuais em educação são fruto da participação social. No caso do Fundeb, por exemplo, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação coordenou a sociedade civil na pressão sobre o Congresso Nacional. Como resultado, a União foi convocada a investir mais recursos no novo fundo.

Com isso, as creches foram incluídas no Fundeb, e o piso salarial dos profissionais do magistério virou obrigação do governo federal e do Congresso Nacional, o que não acontecia na época do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). “Nossa história mostra que é apenas com pressão social que as coisas avançam”, alerta Daniel Cara.

História das Conferências de Educação no Brasil

Apesar de ser a primeira vez que o sistema educacional será debatido em todos os níveis de ensino e por todas as esferas governamentais junto com a sociedade civil, os movimentos em defesa da educação são recorrentes no País. O primeiro deles, “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, representa um marco na luta pela educação republicana e, desde então, vem influenciando muitos debates.

Em 1937, por meio da Lei nº 378, o Presidente da República reorganizou o Ministério da Educação e Saúde Pública e instituiu a Conferência Nacional de Educação. Mais tarde, em 1941, foi organizada a Conferência Nacional de Educação, abrindo o caminho para a realização de muitas outras, sendo umas em formato de congresso, outras em formato de conferência; umas organizadas pela sociedade, outras pelo poder público.

Antes disso, em 1927, a Associação Brasileira de Educação (ABE) organizou a I Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, PR, como iniciativa da sociedade civil representando os educadores. Ao todo, a ABE organizou nove conferências e quatro congressos.

Na década de 1980 e 1990, foram realizadas seis Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e Congressos Nacionais de Educação (Coneds). Nesta década, a Câmara de Deputados organizou a I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto e a Conferência Nacional de Educação e Cultura. A primeira fortaleceu a proposição do Plano Nacional de Educação, elaborado em 2001, e a outra contribuiu com a avaliação da implementação do PNE. Em 2006, o Ministério da Educação coordenou a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, e, em 2008, a Conferência Nacional de Educação Básica.

Todos esses precedentes têm estimulado a participação e mobilização social. Para Daniel Cara, educação sempre foi um assunto apaixonante e, a cada dia, ganha mais espaço na agenda política brasileira. “Faltava um processo formal e organizado para dar vazão à demanda por discussão”, comenta.

Em setembro próximo acontece, em Brasília, DF, a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI). O objetivo do encontro é traçar diretrizes para uma política que atenda às especificidades da comunidade escolar indígena, que tem hoje 2.517 escolas espalhadas por todo o território nacional.

O principal tema da conferência será Gestão Territorial e Afirmação Cultural, dividido em cinco eixos temáticos: educação e territorialidade, políticas pedagógicas da escola, ciência pedagógica e a pedagogia indígena, gestão e financiamento da educação, participação e controle social e diretrizes para a educação escolar indígena.

